



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 15374.913223/2008-23
Recurso n° Voluntário
Resolução n° **3803-000.322 – 3ª Turma Especial**
Data 27 de junho de 2013
Assunto COMPENSAÇÃO
Recorrente SÁ CONSTRUTORA E IMOBILIARIA S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por maioria de votos, em converter o julgamento em diligência para que a repartição de origem informe o regime de apuração do imposto de renda da recorrente no ano-calendário 2003 e ateste a apuração dos créditos procedida. Vencido o conselheiro Corinto Oliveira Machado.

(assinado digitalmente)

Corinto Oliveira Machado - Presidente

(assinado digitalmente)

Belchior Melo de Sousa - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Corinto Oliveira Machado, Belchior Melo de Sousa, Hélcio Lafeté Reis, João Alfredo Eduão Ferreira, Juliano Eduardo Lirani e Jorge Victor Rodrigues.

RELATÓRIO

Esta Contribuinte transmitiu a Declaração de Compensação - DComp n° 41789.88449.130804.1.3.04-1604, fls. 3/7, em que utilizou como crédito pagamento supostamente indevido de PIS cumulativo, relativo aos períodos de apuração agosto/2003, no valor de R\$ 7.961,50.

Despacho Decisório eletrônico, de 12 de agosto de 2008, da Derat/Rio de Janeiro, fl. 8, não homologou a DComp em face de o pagamento indicado na DComp ter sido

utilizado integralmente para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PeR/DComp.

Em manifestação de inconformidade apresentada, fls. 10, a Manifestante alegou que a origem do crédito deu-se pela alteração no regime de tributação, com a introdução da não cumulatividade veiculado pela Lei 10.637/2002, fazendo jus aos créditos do PIS pelos custos dos apartamentos construídos para venda, não computados na apuração do pagamento do PIS do mês de agosto de 2003, conforme DARF, mas corretamente declarada no DACON e na DCTF que retificou após o despacho decisório.

Em julgamento da lide, a DRJ/Rio de Janeiro II asseverou que cabe à Contribuinte o dever de comprovar a origem do crédito alegado no PerDComp, com a exigência de que a prova deveria consubstanciar-se em documentação contábil/fiscal robusta para suportar sua alegação.

Afirmou que a Contribuinte apenas alegara que o Dacon, fl. 13, que deduz do PIS apurado o crédito no valor de R\$ 7.958,67, está corretamente declarado e que retificara a DCTF, sem juntar aos autos qualquer documento contábil/fiscal que pudesse corroborar o direito alegado.

A decisão foi ementada como segue:

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Período de apuração: 01/08/2003 a 31/08/2003

INDÉBITO FISCAL. COMPENSAÇÃO.

Somente com a comprovação da extinção ou do pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável, cogita-se o reconhecimento de indébito fiscal, e da sua utilização na compensação de outros tributos e contribuições.

PROVA. MOMENTO. PRECLUSÃO.

A prova do crédito, que suporta Declaração de Compensação, cabe à contribuinte, devendo ser apresentada até o momento da Manifestação de Inconformidade, sob pena de preclusão, salvo em casos excepcionais legalmente previstos.

Cientificada da decisão em 24 de março de 2012, irressignada, apresentou recurso voluntário, 51/62, em 24 de abril de 2012, em que, reiterou o seu direito aos créditos de PIS incidente sobre os bens e serviços aplicados na atividade, somados ao crédito derivado da presunção de abertura de estoque, segundo o art. 11 da Lei nº 10.637/2002. Anexou documentos e planilhas em que descreve os itens que compõem a base de cálculo dos créditos e reclama por sua admissão, em vista da aplicação do princípio da verdade material, com amparo em diversos julgados administrativos de primeira instância e do extinto Conselho de Contribuintes.

É o relatório.

VOTO

Conselheiro Belchior Melo Sousa - Relator

O recurso é tempestivo e atende aos requisitos para sua admissibilidade, portanto dele conheço.

De início, registre-se que não se pode atribuir erro à decisão recorrida, que julgou improcedente a manifestação de inconformidade da Contribuinte com base no que a Manifestante deixou de trazer na defesa: a prova da alegação de erro no preenchimento da DCTF.

No presente processo tem-se como fatos que: (i) a Contribuinte transmitira a DComp em 13 de agosto de 2004; (ii) fê-lo com suporte em anterior retificação que procedera no Dacon transmitido em 16 de julho de 2004; (iii) não houve modificação da base de cálculo do débito de PIS, que alcançou o valor de R\$ 10.312,55, antes do desconto dos créditos, quitado; e (iv) a alteração que gerou o crédito utilizado na DComp deu-se por conta de levantamento de créditos a cujos descontos a Contribuinte declara ter direito.

No recurso voluntário a Recorrente anexou os documentos abaixo, todos referentes ao mês de agosto de 2003:

a) notas fiscais de bens e serviços utilizados na atividade da empresa, incluindo as contas de água e energia elétrica;

b) do livro fiscal Registro de Entradas de Materiais e Serviços de Terceiros, de exigência legal municipal-REMAS, com Termo de Início;

c) de planilhas descritivas dos elementos que compuseram as receitas e as entradas de insumos, com totalizações das bases de cálculo assim apuradas pela Contribuinte. A planilha de custos totaliza o valor de R\$ 318.983,01, do qual informa ter utilizado como base dos créditos total de custos com bens e serviços o montante de R\$ 274.427,53;

d) folhas de pagamento de salários e rescisões de contrato de trabalho;

e) contratos de Promessa de Compra e Venda e Outros Pactos.

A duas, destaque-se que, nada obstante a força dos indícios do direito alegado, os elementos de prova trazidos no recurso voluntário não tornam, ainda, o direito da Recorrente líquido e certo. Isso, porque o art. 8º da Lei nº 10.637/2002 estabelece que certas pessoas jurídicas, algumas atividades e determinadas receitas permanecem sob o regime de apuração do PIS previsto na Lei nº 9.718/98¹, e no rol estão as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido.

Dos autos, extrai-se que nem a atividade nem a natureza jurídica da empresa a obrigam a apurar o seu resultado pelo lucro real. Por outro lado, as receitas informadas nos três

¹ Art. 8º Permanecem sujeitas às normas da legislação da contribuição para o PIS/Pasep, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 6º:

[..]

II – as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado;

períodos de apuração atinentes aos processos ora em análise são um dado insuficiente para afirmar que esta empresa esteve obrigada ao lucro real no ano-calendário 2003. Dessa forma, existe a possibilidade de que no ano-calendário 2003 esta pessoa jurídica tenha apresentado seus resultados com base no lucro presumido. Confirmando-se esta hipótese a Contribuinte não poderia apurar as contribuições pela sistemática não cumulativa.

Este é o ponto que impede seja certo o direito da Recorrente.

Contudo, é substancial o acervo de documentos trazidos no recurso sob exame. Em vista deles, uma vez confirmada a opção desta pessoa jurídica pelo lucro real, não é de se fazer tabula rasa do direito ao creditamento pelo fato de a Recorrente tê-los trazido apenas no recurso voluntário.

Justifico.

O litígio decorrente da apreciação das compensações declaradas passou a ser submetido ao rito do Processo Administrativo Fiscal, regido pelo Decreto nº 70.235/72, a partir da data publicação da Medida Provisória nº 135, de 30 de outubro de 2003 (convertida na Lei nº 10.833/2003). Assim, a princípio, deve o litigante submeter-se à observância do art. 16, § 4º², que trata do momento processual de apresentação das provas como sendo o da manifestação de inconformidade, ou, ainda, até a decisão de primeira instância, autorizado pelo órgão julgador³.

É consabido que a norma legal do art. 16, § 4º, citado, tem sua aplicação originária ao processo de determinação e exigência de crédito tributário, cujos fatos imputados ao fiscalizado devem ser respaldados pela provas levantadas e apresentadas pelo fisco no procedimento inquisitório do lançamento. É exigência, ainda, desse feito que os fatos de que é acusado o autuado estejam pontual e claramente descritos. Este modelo de ação tem por fim permitir o exercício da ampla defesa do contribuinte, sob amparo de garantia constitucional.

Este rito foi tomado por empréstimo para reger o procedimento administrativo de apreciação da compensação tributária, como acima referido (MP 135/2003), logo após a inauguração do seu novel regime pela MP nº 66, de 29 de agosto de 2002 (convertida na Lei nº 10.637/2002).

O procedimento da compensação operada pelo contribuinte pode assemelhar-se ao de determinação e exigência de crédito tributário quando o despacho decisório sustenta-se em Termo de Verificação Fiscal elaborado presencialmente, forma por meio da qual ficam evidenciados os erros em que incorre o contribuinte, bem assim as providências e as provas que

² § 4º A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que: (Incluído pela Lei nº 9.532, de 1997) (Produção de efeito)

a) fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;(Incluído pela Lei nº 9.532, de 1997) (Produção de efeito)

b) refira-se a fato ou a direito superveniente;(Incluído pela Lei nº 9.532, de 1997) (Produção de efeito)

c) destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.(Incluído pela Lei nº 9.532, de 1997) (Produção de efeito)

³ § 5º A juntada de documentos após a impugnação deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, com fundamentos, a ocorrência de uma das condições previstas nas alíneas do parágrafo anterior. (Incluído pela Lei nº 9.532, de 1997) (Produção de efeito)

ele deve suprir para elidir a apuração fiscal, permitindo-lhe amplamente o exercício do seu direito de defesa.

O despacho decisório eletrônico não cumpre este desiderato. O meio eletrônico de sua emissão torna a sua diagramação sintética que, embora descreva de forma objetiva o fato imediato subjacente ao teor da decisão, não permite revelar os motivos mediatos, causais que resultam na não homologação. A decorrência disso é que o teor da intimação para a apresentação de manifestação de inconformidade não fornece todos os elementos de que deve se valer o contribuinte, e exigíveis pela Administração, para subsidiar a sua defesa.

Somente na decisão de primeira instância é que o julgador, por vezes, levanta a exigência das provas, e nem sempre de forma específica. Em situação como a presente, deixar de acolhê-las na fase recursal cerceia a ampla defesa do contribuinte, promove desvalor ao princípio da verdade material (que informa o Processo Administrativo Fiscal), e ao da moralidade (que rege os atos da Administração), este, a impedir que se negue a repetição de comprovado indébito e sua utilização na DComp, resultante de posterior apuração do contribuinte.

Esta Contribuinte retificara o Dacon deduzindo do débito apurado (pago integralmente) crédito de mesmo valor, em data antecedente à transmissão da DComp, 16 de julho de 2004, para a seguir utilizar o indébito correspondente ao DARF pago na DComp em análise. No entanto, não retificou concomitantemente a DCTF, excluindo o débito. Se tomada esta providência a sua compensação, decerto, teria sido homologada eletronicamente.

Por essas razões, entendo que o art. 16, § 4º, do Decreto nº 70.235/72 deve ser interpretado com parcimônia para este modelo de rito processual administrativo, sobretudo quando o conteúdo da sua letra “c” permite enquadrar a presente situação.

No caso presente, os indícios da existência de créditos são sobremodo fortes, aptos a reduzir em algum valor a contribuição apurada. Nada obstante fortes, não os tornam líquidos ainda, ante a possibilidade de a Contribuinte ter incluído insumos que não sejam objeto de creditamento, nos termos legais.

Pelo exposto, com fulcro no art. 18 , II, do Anexo I, do Regimento Interno do CARF, veiculado pela Portaria MF nº 256, de 22 de junho de 2009, voto por converter o julgamento em diligência para que a Derat/Rio de Janeiro informe:

a) qual o regime de apuração do imposto de renda desta pessoa jurídica no ano-calendário 2003;

b) se submetida à apuração pelo lucro real, ateste se os documentos trazidos aos autos respaldam a apuração dos créditos procedida pela Contribuinte no Dacon, composto de crédito presumido sobre os estoques em 31 de dezembro de 2002, no valor de R\$ 3.607,46, e de crédito sobre bens e serviços no valor de 4.351,21, de cuja soma, R\$ 7.958,67, foi utilizado o mesmo valor para dedução da contribuição relativa ao mês de agosto de 2003.

Sala das sessões, 27 de junho de 2013

(assinado digitalmente)

Belchior Melo de Sousa

Processo nº 15374.913223/2008-23
Resolução nº **3803-000.322**

S3-TE03
Fl. 496

CÓPIA